ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VIOLÊNCIA E ASSÉDIO SEXUAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

CURITIBA, 2021

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de
Violência Doméstica e Familiar – CEVID

1. APRESENTAÇÃO

O presente projeto — promovido pela Coordenadoria Estadual da Mulher (CEVID) do TJPR em parceria com a Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero (CEVIGE) da OABPR, a Polícia Militar do Paraná, o Ministério Público do Trabalho, Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (NUPIGE) do MPPR e Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM) da DPE-PR — visa a realização de evento via Escola Judicial (EJUD), constituindo em palestras seguidas de um debate acerca do tema "Violência e Assédio Sexual nas relações de trabalho", objetivando conscientizar, educar e desconstruir inseguranças enraizadas no ato de denunciar as condutas de assédio sofridas. Para tanto, pretende-se, através da escuta de palestrantes, expor o que seria o assédio sexual no ambiente de trabalho, as inúmeras formas em que ele pode ocorrer, como identificá-lo e o que fazer quando o indivíduo se vê vítima e deseja denunciar, bem como no caso de um terceiro desejar denunciar. Ainda, em um segundo momento, almeja-se a realização de debate entre representantes das instituições participantes acerca da temática assédio sexual, as denúncias, os processos e o papel da Instituição no combate e prevenção desses casos.

Este projeto está em consonância com os objetivos da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, estabelecidos na Resolução nº 254/2018 do CNJ, os quais incluem "estimular a promoção de ações institucionais entre os integrantes do sistema de Justiça, para aplicação da legislação pátria e dos instrumentos jurídicos internacionais sobre direitos humanos e a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (inciso XI).

O evento ocorrerá no dia **17 de agosto, das 16h00 às 18h30** (duas horas e trinta minutos de duração)**,** de forma virtual, através da Escola Judicial (EJUD), sem ônus ao Judiciário e à Polícia Militar. Será voltado a todos/as os/as profissionais atuantes no Poder Judiciário, Executivo e Legislativo, bem como à população em geral.

2. OBJETIVO GERAL

Conscientizar e educar sobre a temática, oferecendo os conhecimentos necessários para que seja possível identificar situações de assédio sexual com mais facilidade e posicionar-se adequadamente ante uma situação do gênero. Ademais, desconstruir inseguranças enraizadas no ato de denunciar, incentivando a denúncia por parte das vítimas e a escuta por parte das Instituições das quais elas fazem parte, visando a criação de um ambiente seguro e acolhedor para que as mulheres possam exercer sua profissão.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Expor conceitos e exemplos relacionados à temática, bem como os mecanismos de denúncia de casos de assédio sexual.

- Prestar esclarecimentos quanto aos direitos das vítimas de assédio sexual estabelecidos no Código Penal.

- Debater a respeito das denúncias e os trâmites processuais dos casos de assédio, visando identificar questões a serem abordadas e aprimoradas pelos órgãos institucionais no tocante à matéria em questão.

- Debater a respeito do papel da Instituição no combate aos casos de assédio, no acolhimento das vítimas e ações internas que visem prevenir a ocorrência de tais casos, objetivando a desconstrução de inseguranças relacionadas à denúncia dos autores.

- Estabelecer um pensamento crítico acerca da temática, reconhecendo e ressaltando a importância de trazê-la à tona para debates, a fim da construção de um ambiente de trabalho institucional mais seguro para todos.

4. JUSTIFICATIVA

A violência e o assédio sexual nas relações de trabalho infelizmente constituem uma prática recorrente e existente nos mais diversos setores. Sendo por vezes complicado de se identificar com clareza, tanto por falta de conhecimento e abordagem acerca do tema, como pela diminuição e desconsideração da conduta ofensiva por parte daqueles que não são vítimas. É de suma importância o debate e a construção de um pensamento crítico acerca da matéria, pois através deste é possível ampliar a conscientização e clarificar situações de assédio que outrora não eram vistas como tal, prejudicando e submetendo a vítima a uma violência dupla: primeiramente na forma do assédio sexual e, posteriormente, na perpetuação de impunidade de seu agressor e impossibilidade de sua defesa e resguardo de seus direitos.

Outrossim, podemos identificar mais uma problemática, os níveis de impunidade com relação aos casos de assédio sexual. Tal impunidade se dá por inúmeros motivos, desde o receio de denunciar e não ser atribuída à situação a devida relevância por parte de quem recebe a queixa, o medo de uma "retaliação" quando a denúncia é feita a respeito de um indivíduo em posição hierárquica superior, a descredibilização da vítima e da conduta apontada como assédio sexual, entre outros.

Assim, somente através da exposição e difusão do conhecimento a respeito da temática, objetivo do presente projeto, é que podemos oferecer um ambiente institucional seguro e respeitoso àqueles que nele exercem sua profissão, bem como reduzir os níveis de ocorrência e impunidade dos autores.

5. PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

16h00 – Abertura

Desembargador José Laurindo de Souza Netto - Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná

Desembargadora Ana Lúcia Lourenço – Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

16h15 – Aspectos gerais da Violência e Assédio Sexual nas relações de trabalho

Doutora Cristiane Lopes - Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional do Grupo de Trabalho sobre Migrações do Ministério Público do Trabalho

16h50 – Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho -OIT

Doutora Sandra Lia Leda Bazzo Barwinski - Co-Coordenadora do Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM/Brasil e-Vice-presidente da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero da OAB/PR

17h25 – Debates

Desembargadora Ana Lúcia Lourenço – Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Coronel Dorian Nunes Cavalheiro - Corregedor da Polícia Militar e Presidente da Comissão de Assédio Moral e Sexual da Polícia Militar

Promotora de Justiça Ana Carolina Pinto Franceschi - Coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (NUPIGE) do Ministério Público do Estado do Paraná

Defensora Pública Lívia Martins Salomão Brodbeck e Silva - Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado do Paraná

Doutora Sandra Lia Leda Bazzo Barwinski - Co-Coordenadora do Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM/Brasil e-Vice-presidente da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero da OAB/PR

Doutora Cristiane Lopes - Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional do Grupo de Trabalho sobre Migrações do Ministério Público do Trabalho

18h25 – Encerramento